

EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A CONTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA

FIELD EDUCATION AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: THE CONTRIBUTION OF AGRICULTURAL FAMILY SCHOOLS

Daiane Netto*

João Ernesto Pelissari Candido**

Alessandra Daiana Schinaider***

RESUMO

Considerando o contexto da Educação do Campo, em 1988, a Constituição Federal incorporou a Educação Básica como um direito social, o que possibilitou repositonar a educação do campo no panorama educacional. Somado a isso, a Lei de Diretrizes Básicas nº 9.394/1996 destaca a importância de que a educação esteja vinculada à família e a participação social, de se relacionar os conteúdos recebidos na escola com a realidade a quem se destina. Trata-se de reconhecer a relação entre educação e o cotidiano, a partir do trabalho no campo, integrado com a vivência dos alunos nas famílias. Neste cenário, surgem as Escolas Família Agrícola (EFAs): originárias da França, na década de 1930, e utilizando o método da Pedagogia da Alternância. O propósito principal das EFAs é proporcionar aos jovens agricultores a formação geral, técnica e humana, compatíveis com a sua realidade, de forma contextualizada, possibilitando que a família e a comunidade tenham papel importante nesta formação. As EFAs pretendem dar conta dos preceitos da Educação do Campo e contribuir para o desenvolvimento local sustentável. Assim, recorre-se a Educação para o Desenvolvimento Sustentável das Organizações das Nações Unidas, de 2005, onde se destaca que o aprendizado deve se dar pelos seguintes aspectos: abordagem interdisciplinar; desenvolvimento do pensamento crítico; incentivo ao diálogo; ensino de noções de paz, igualdade e respeito pelos seres humanos e pelos ambientes natural e social; formação de professores e alunos visando a compreensão sobre os desafios da própria cidade. Desta forma, as experiências com Pedagogia da Alternância sinalizam para um novo projeto de sociedade e educação, estando os educadores-pesquisadores responsáveis por aprofundar o conhecimento sobre o método e analisar suas potencialidades e limitações (RIBEIRO, 2008a). Assim, o principal objetivo deste estudo é compreender o processo diferenciado de construção de conhecimento das Escolas Família Agrícola e sua contribuição para a sustentabilidade.

Palavras-chave: Educação rural. Pedagogia da Alternância. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

Considering the context of field education, in 1988 the Federal Constitution incorporated basic education as a social right, which made possible to reposition the field education in the education context. Added to this, the Basic Guidelines Law (Nº. 9.394/1996) highlights the importance of education is linked to family and social participation, to relate the contents received in school with reality. This is about recognize the relationship between education and everyday life, from work in the field with the experience of students and their families. In this scenario, the Family Farm Schools (EFAs, from Portuguese Escola Família Agrícola) are originated, in France, in 1930, and using the method of the Alternancy Pedagogy. The main purpose of the EFAs, which coincides with the proposal of the Field Education, is to provide general training to young farmers, human and technical, compatible with their reality, so contextualized, enabling the family and the community have an important role in this training. The model of the EFAs intends to give an account of the principles of education and contribute to the local sustainable development. Thus, education for sustainable development of the United Nations Organizations, in 2005, explain education should be on the following aspects: interdisciplinary approach; development of critical thinking; encouraging dialogue; teaching notions of peace, equality and respect for human beings and the natural and social environments; training of teachers and students seeking the understanding of the challenges of the city itself. In this way, the experiences with Alternancy Pedagogy signal to a new project of society and education, and teachers-researchers are responsible for improve the knowledge about the method, analyze their potential and limitations (RIBEIRO, 2008a). Thus, the main objective of this study is to understand the multifaceted process of construction of Field Education and Family Farm Schools and their contribution to sustainability.

Keywords: Rural education. Alternancy Pedagogy. Sustainable development.

* Química Industrial (IQ/UFRGS), especialista em Gestão Ambiental (UNOPAR), graduanda do curso de Licenciatura em Química (IQ/UFRGS), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (CISADE/PGDR/UFRGS), UFRGS, e-mail: daiane.netto2@gmail.com

** Graduado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (UNILA), graduando do curso de Licenciatura em Sociologia (UNAR) e Pós-graduando no curso de Alimentos, Saúde e Nutrição (COTEMAR), mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (CISADE/PGDR/UFRGS), UFRGS, e-mail: joao.drso@gmail.com

*** Administradora (UFSM), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (CISADE/PGDR/UFRGS), UFRGS, e-mail: alessandradaianeschinaider@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

A trajetória da Educação Rural ou Educação do Campo¹ inicia em 1930, no Brasil, juntamente com o processo de industrialização do país e modernização da agricultura. A partir de então surgem diversas propostas de educação formal e informal para o rural, sempre fragmentadas e de papel secundário nas políticas de educação. Os programas foram desenvolvidos considerando o homem do campo como atrasado ou como aquele que deve ser educado para atender o sistema produtivo moderno (FREITAS, 2011).

Considerando este contexto da Educação do Campo, em 1988, a Constituição Federal (CF) incorporou a educação básica como um direito social, o que possibilitou reposicionar a educação do campo no panorama educacional. A CF, somada a Lei de Diretrizes Básicas (LDB – Lei nº 9.394/1996) permite a inovação pedagógica direcionada ao meio rural por reconhecer a diversidade, o direito à igualdade e a diferença, priorizando uma educação básica que atenda as especificidades locais e regionais (FREITAS, 2011).

A LDB destaca a importância de que a educação esteja vinculada à família e a participação social, de que se relacionem os conteúdos recebidos na escola com a realidade a quem se destinam. Trata-se da importância da relação educação, campo, trabalho e vivência dos alunos com suas famílias (CALDART, 2011).

Neste cenário são criadas as Escolas Família Agrícola (EFAs), que utilizam uma proposta que pretende dar conta dos preceitos da Educação do Campo, a Pedagogia da Alternância. Surgido na França, este método articula o Tempo-Escola com o Tempo-Comunidade. Além disso, as EFAs estão vinculadas à cultura promovida pelas relações sociais, do trabalho na terra, promovendo o homem do campo como ator social e histórico, contribuindo para o desenvolvimento solidário e sustentável (RIBEIRO, 2008a).

O objetivo deste estudo é analisar o processo diferenciado de construção de conhecimento das Escolas Família Agrícola. Compreender como esse processo se vincula à educação ambiental para a promoção do desenvolvimento local e sustentável, a partir de reflexões teóricas.

1 Não é foco deste estudo diferenciar cada um destes conceitos.



2. EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

É importante destacar que a educação no Brasil foi construída a partir da busca pelo desenvolvimento econômico e voltada para o trabalho. Porém, a educação do campo se coloca como uma alternativa ao modelo hegemônico de educação. É uma forma de educação que se encontra inserida em um modelo de sociedade onde não há espaço para iniciativas neste sentido, mas ainda assim, reconhece as características do território na qual está inserida e baseia-se em um modelo de desenvolvimento social, não só econômico.

Ao se criar programas e leis para a educação do campo, contribui-se para que o meio rural não seja somente um espaço de produção, mas também um local de educação, socialização e vivência. Os movimentos e os atores sociais engajaram-se na luta pela educação do campo por terem clareza das consequências negativas aos jovens estudantes do campo, que a falta de metodologias adequadas ao meio rural pode trazer (LACERDA e SANTOS, 2010).

Conforme a Lei 9.394/1996 que estabelece as bases e diretrizes da educação nacional, “educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” e “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Na educação do campo, nota-se facilmente o vínculo com o trabalho, ele é elemento da relação da escola com a realidade. Trata-se de estabelecer a relação entre trabalho e ciência, vida escolar e vida social (PISTRAK, 2003).

Seguindo o pensamento dos autores César Benjamin e Roseli Caldart (2000):

Pelo trabalho o educando produz conhecimento, cria habilidades e forma sua consciência. Em si mesmo o trabalho tem uma potencialidade pedagógica, e a escola pode torná-lo mais plenamente educativo, à medida que ajude as pessoas a perceber seu vínculo com as demais dimensões da vida humana: sua cultura, seus valores, suas posições políticas [...]. Por isso a nossa escola precisa se vincular ao mundo do trabalho e se desafiar a educar também para o trabalho e pelo trabalho (BENJAMIN, CALDART, 2000, p. 56).



Assumindo o trabalho como educativo e presente na formação humana, a educação não se limita a um período da vida ou local específico. Educar-se é ação contínua de construção e reconstrução de conhecimento e de se mesmo, dos saberes acumulados pela experiência e das relações estabelecidas com outros e com o mundo. Mas isso não significa negar a importância da escola.

Arroyo (1999) delega à escola:

Interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade (ARROYO, 1999, p. 27).

Logo, a escola deve sustentar e ampliar o conhecimento trazido pelos educandos, sem tornar-se apenas uma transmissora de conteúdos sem conexão com a realidade dos alunos, principalmente quando abordamos a educação do campo, que se trata de uma realidade bastante diversa da cultura urbana.

Além disso, Paulo Freire (2005), em *Pedagogia da Autonomia*, afirma que “[...] educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento” (FREIRE, 2005, p.98).

2.1 Escolas Família Agrícola

Atualmente a educação do campo, assim como as EFAs, colocam-se na busca de um formato de educação que promova uma revolução educacional e social, que seja para a transformação social, que conscientize e promova o pensamento crítico para a emancipação dos indivíduos e promoção do desenvolvimento sustentável. Além disso, preocupa-se com um projeto de educação contextualizado para a população do campo.

Surge na França, em 1935, a Pedagogia da Alternância juntamente com as *Maisons Familiales Rurales* (Casas Familiares Rurais) a partir da demanda de agricultores locais e seu reconhecimento oficial se deu em 1960. Conforme Monteiro (1997) o objetivo principal era proporcionar aos jovens agricultores a



formação geral, técnica e humana compatíveis com a sua realidade, de forma contextualizada, possibilitando que a família e a comunidade tivessem papel importante na formação dos jovens do campo.

No Brasil, a Pedagogia da Alternância surgiu na década de 1960, sendo a primeira Casa Família Rural criada em 1968, no estado do Espírito Santo. O trabalho pedagógico da Pedagogia da Alternância parte do levantamento de questões agrupadas em temas geradores, inspirado no Método Paulo Freire. Os monitores, juntamente com os educandos e as famílias iniciam pelo levantamento de questões na propriedade e na comunidade no Tempo Comunidade (TC), essas questões são debatidas e estudadas no Tempo Escola (TE). Os educandos retornam ao TC com soluções ou experiências novas que podem ser aplicadas para a resolução dos problemas levantados (RIBEIRO, 2008b).

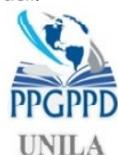
As EFAs utilizam a Pedagogia da Alternância que, conforme Ribeiro (2008b), considera que o aluno e a sua participação em sala de aula tem papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, preocupa-se com a formação do cidadão ativo em sua comunidade, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, concepção esta que remete a Escola Ativa de John Dewey, Jean Piaget e Maria Montessori.

Somada a esta perspectiva, autores como Pedron (2011) colocam a importância das práticas educacionais do campo se basearem em princípios de respeito ao ambiente e participação coletiva. Tendo em vista que a educação ambiental assume caráter reducionista quando a colocamos apenas como crise ecológica, deve se propor um novo formato de educação para a sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável (LIMA, 2003).

O autor Jickling (1992) sugere uma abordagem em que o tema da sustentabilidade seja discutido com os alunos, para que estes tenham maior conhecimento sobre as visões de mundo envolvidas neste debate, e sejam capazes de avaliar o conjunto de argumentações presentes nesse cenário. Somente assim pode-se dizer que se trata de uma abordagem educacional, pois, “educar para algo” perde o sentido educativo.

2.2 Educação e Desenvolvimento Sustentável

Procurando entender as relações entre sustentabilidade e educação, alguns autores colocam que a proposta de uma educação para a sustentabilidade promovida pela educação ambiental apresenta limitações



devido à inadequação entre o paradigma cartesiano-mecanicista dominante e os problemas atuais no âmbito social, ambiental, econômico e cultural. A educação ambiental assumiu caráter reducionista quando a colocamos apenas como crise ecológica, seguindo as experiências de muitas escolas europeias chega-se a uma nova proposta de educação para a sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável (LIMA, 2003).

Desta forma, a educação, além de construir conhecimento e contribuir para o desenvolvimento pessoal, deve proporcionar a aprendizagem e formação do pensamento crítico em relação a diversos assuntos, contribuindo para a resignificação do espaço rural. A escola é parte importante das estratégias para o desenvolvimento rural sustentável, desde que possua um projeto educativo contextualizado, que trabalhe questões relevantes para intervenção social e com o ambiente, nesta realidade (CALDART, 2011; FERNANDES, 2011). Não somente a escola, mas todas as iniciativas educacionais do campo refletem sua amplitude e demonstram como os projetos de educação podem contribuir ainda com o fortalecimento e conservação do território (CHAVES e FOSCHIERA, 2014).

Ainda, considerando a Educação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, o aprendizado deve se dar pelos seguintes aspectos: abordagem interdisciplinar; desenvolvimento do pensamento crítico; incentivo ao diálogo; ensino de noções de paz, igualdade e respeito pelos seres humanos e pelos ambientes natural e social; formação de professores e alunos visando à compreensão sobre os desafios da própria cidade. Desta forma, as experiências com Pedagogia da Alternância sinalizam para um novo projeto de sociedade e educação. Fica para os educadores-pesquisadores aprofundar o conhecimento sobre o método, analisar suas potencialidades e limitações para esse novo projeto (RIBEIRO, 2008a).

Assim, é importante entender a forma como a educação do campo vincula-se com a preservação do ambiente e a educação ambiental e, além disso, compreender como a escola aborda e entende o conceito de sustentabilidade. O conceito recente de sustentabilidade aponta para um novo paradigma de desenvolvimento e dividi-se em dimensões, conforme os autores que abordam o assunto, a dimensão ecológica, dimensão econômica e dimensão social.

A dimensão ecológica foi amplamente difundida a partir de 1970, essa dimensão ocupa-se de compreender e respeitar o ambiente, entendendo o ser humano como uma das partes deste. Já a dimensão econômica engloba a



geração de trabalho, promovendo uma melhor distribuição de renda o que possibilita o desenvolvimento local. A dimensão social tem como objetivo garantir que todas as pessoas tenham as mesmas condições de acessar bens e serviços (MENDES, 2009).

Jacobi (2003) explica que a dimensão ambiental é uma questão que requer, de forma crescente, o engajamento de diversos atores do cenário educativo, para promover o engajamento e a mobilização do sistema de construção de conhecimento, capacitação de profissionais e a comunidade universitária, em perspectiva interdisciplinar. Assim,

a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental (JACOBI, 2003, p. 190).

O autor explica que promover o crescimento da consciência e o conhecimento sobre as questões ambientais amplia a possibilidade de a comunidade participar de forma mais ativa nos processos decisórios, podendo contribuir também com a fiscalização e controle dos agentes de degradação do ambiente (JACOBI, 2003). Não há outra forma possível para que isso aconteça que não seja por meio da educação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da crescente preocupação com a preservação dos recursos naturais, é necessário reafirmar a importância da Educação do Campo para o aumento da conscientização ambiental da população rural, estando esta diretamente vinculada ao ambiente, por meio do trabalho na terra. Com isso, as comunidades rurais podem atuar também como fiscalizadores de agentes que possam degradar o ambiente.

Estando a Educação do Campo amparada pela lei de diretrizes e bases que autoriza a utilização de métodos pedagógicos específicos para o rural, a utilização da Pedagogia da Alternância pode promover o desenvolvimento local sustentável. Tendo em vista que as problemáticas abordadas em aula são contextualizadas para cada realidade local, elas partem de questões a



serem resolvidas pela comunidade, e é também em aula que as ações e a resolução dos problemas pode surgir.

Na educação do campo, o educando produz conhecimento também através de seu trabalho. Assim, esse modelo pode contribuir para dar novos significados ao espaço rural, aumentar a permanência de jovens no campo e acabar com o estigma que considera o homem do campo como atrasado. Além disso, o ensino contextualizado contribui para que os educandos percebam sua conexão com outras dimensões da vida humana: sua cultura, seus valores, a construção do pensamento crítico e sua conexão com o ambiente e a comunidade em que está inserido.

Destaca-se a forte aproximação entre os preceitos da educação do campo e da educação ambiental, principalmente no que tange os conceitos de sustentabilidade e promoção do desenvolvimento (rural) sustentável. Ambas deixam claro que para serem efetivas devem partir de um contexto que seja próximo de seus educandos e, principalmente, que parta e seja discutido com eles. Assim, podendo capacitar os alunos para compreenderem e argumentar criticamente as questões envolvidas no espaço rural, referente a preservação do ambiente, para a sustentabilidade.

Considerando as limitações deste estudo, espera-se que ele possa reunir elementos que proporcionem conhecer de forma um pouco mais aprofundada o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pelas Escolas Família Agrícola, suas possibilidades e desafios relacionados a educação ambiental e promoção do Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BENJAMIN, C. CALDART, R. S. Projeto popular e escolas do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção **Por Uma Educação Básica do Campo**, nº 3.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, v. 134. n.



248, 1996.

CALDART, R. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: **Por uma educação do campo**. Miguel Gonzalez Arroyo, Roseli Salete Caldart, Monica Castagna Molina (organizadores). 5ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CHAVES, K. M. da S., FOSCHIERA, A. A. Práticas de Educação do Campo no Brasil: Escola Família Agrícola, Casa Familiar Rural e Escola Itinerante. In: **Revista Pegada** – vol. 15 n. 2, p 76-94 dez. 2014.

FERNADES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. **Por Uma Educação do Campo: Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação do Campo”**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 31º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, H. C. de A. Rumos da Educação do Campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 35-49, abr. 2011.

JACOBI, P. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

JICKLING, B. “Why I don’t want my children to be educated for sustainable development”. **The Journal of Environmental Education**, Washington DC, USA. v. 23, nº 4, p. 5-8, 1992.

LACERDA, C. L. de; SANTOS, C. A. dos. In: **Memória e história do Pronera: contribuições para a educação do campo no Brasil**. Clarice Aparecida dos Santos, Monica Castagna Molina, Sonia Meire dos Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

LIMA, G. da C. **O discurso da sustentabilidade e suas implicações para educação**. **Ambiente & Sociedade**. v. 6. nº 2. jul./dez. 2003.

MENDES, J. M. G. Dimensões da Sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, nº 2, jul./dez. 2009.



MONTEIRO, M. A. **Retrato falado da alternância**: sustentando o desenvolvimento rural através da educação. São Paulo: CEETEPS, 1997.

PEDRON, S. T. **Educação e MST: experiências educativas no ITEPA -Assentamento Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu/PR**. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2011.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

RIBEIRO, M. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.1, p. 27-45, jan./abr. 2008a.

*RIBEIRO, M. Contradições na relação trabalho-educação do campo: a pedagogia da alternância. **Trabalho & Educação**, v.17, n. 2, mai. /ago. 2008b.*